



**CAMPO LARGO**



**PROJETO DE LEI Nº 71, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2022**

**Implanta o Escritório de Compras Públicas de  
Campo Largo e dá outras providências.**

A **CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO**, ESTADO DO PARANÁ, **APROVOU** e eu, **PREFEITO MUNICIPAL** sanciono a seguinte lei

**Art. 1º** Para assegurar ao empresário local a entrada no circuito das licitações e simplificar os procedimentos para participação, bem como manter a saúde financeira das empresas no Município de Campo Largo-PR, fica implantado o Escritório de Compras Públicas de Campo Largo, o qual possui as seguintes finalidades:

**I** - disponibilizar aos interessados atendimento ao empresário local, desde orientações até documentação necessária, informações à participação em licitações municipais, estaduais e federais, mantendo-o atualizado nos meios eletrônicos de comunicação oficiais;

**II** - orientar sobre os procedimentos necessários para a regularização de certidões e funcionamento, bem como situação fiscal e tributária das empresas;

**III** - realizar o levantamento dos editais de compras públicas;

**IV** - atualização dos cadastros dos empresários e analisar os expedientes necessários para viabilizar a participação em processos licitatórios;

**V** - atender aos empresários, acerca dos quesitos inerentes as licitações;



**VI** - disponibilizar um local preferencial para uso, auxílio e orientação a todos os interessados em conhecer o tema licitação, benefícios, facilidades e respectiva legislação;

**VII** - promover suporte técnico, sanar dúvidas dos editais, leis, precificação e documentos;

**VIII** - captar agendas para consultorias especializadas, fazer as inscrições dos empresários interessados em capacitações e/ou eventos de compras públicas;

**IX** - outros serviços criados por ato próprio da Secretaria em ato conjunto, que tenha o objetivo de prestar serviços de orientação ou que facilite e agilize a participação de empreendedores do município nos processos de compras públicas;

**Parágrafo único.** Para a consecução dos seus objetivos na implantação do Escritório de Compras Públicas, a Administração Municipal poderá firmar parceria com outras instituições públicas ou privadas, a fim de oferecer orientação sobre licitação, incluindo apoio para elaboração de documentos, pesquisa de mercado, orientação sobre crédito, associativismo e programas de apoio oferecidos no Município.

**Art. 2º** O Escritório de Compras Públicas ficará sob a égide da Secretaria Municipal de Administração.

**Art. 3º** Ao implementar o escritório de compras públicas, o Município irá:

**I** - promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito Municipal com base nas compras governamentais e públicas;

**II** - valorizar o comércio local e ampliar as oportunidades para fornecedores qualificados;

**III** - ter aumentada a oferta de soluções qualificadas para os compradores públicos, com serviços que atendam suas necessidades e fortaleçam o ambiente de negócios;

**IV** - fazer uso do poder de compras governamentais/públicas junto aos pequenos negócios para indução do crescimento da economia local;

**V** - estabelecer um processo permanente de mapeamento, capacitação e negociação para compradores e fornecedores, induzindo o desenvolvimento sustentável;

**VI** - ampliar a eficiência das políticas públicas.

**Art. 4º** O Escritório de Compras Públicas poderá ser instalado em local próprio, de propriedade do Município, em local locado por este ou cedido por eventuais parceiros, sendo, em todos os casos e para efeitos desta Lei, denominado de "Escritório de Compras Públicas".

**§ 1º** O Escritório de Compras Públicas estará subordinado formalmente à Secretaria Municipal de Administração e atuará sob a coordenação desta, cabendo a responsabilidade operacional ao Coordenador Municipal designado pelo Prefeito;

**§ 2º** O Escritório de Compras Públicas poderá possuir representantes de todas as Secretarias e órgãos municipais, na medida dos serviços prestados, bem como de pessoal técnico oriundo de parcerias com outras instituições públicas ou privadas, na conformidade de Convênios realizados pela municipalidade.





**Art. 5º** O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar de sua publicação.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Campo Largo, em 22 de novembro de 2022.

MAURICIO  
ROBERTO  
RIVABEM:8367  
7240972

Assinado de forma  
digital por MAURICIO  
ROBERTO  
RIVABEM:83677240972  
Data: 2022.11.24  
12:01:10 -03'00'

Maurício Rivabem  
Prefeito Municipal